

# POR QUE SER FEMINISTA?

## entrevista com a arquiteta e urbanista Andréia Moassab

**Carolina Frasson Sebalhos<sup>1</sup>**  
**Marina Mecabô<sup>2</sup>**  
**Shirley Terra Lara do Santos<sup>3</sup>**

### Apresentação

Andréia Moassab é Arquiteta e Urbanista, mestre e doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP. Atualmente é professora do curso de arquitetura e urbanismo e do programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/Brasil), tendo sido a responsável pelo seu primeiro projeto-político-pedagógico. Também é docente do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento na mesma instituição. É autora do livro “Brasil Periferia(s): a Comunicação Insurgente do Hip-Hop” (Educ/Fapesp, 2011), finalista do prêmio Jabuti 2013, na categoria ciências humanas. Em 2007/08 fez seu estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Morou e trabalhou em Cabo Verde, África. Em seus artigos científicos têm abordado direito à moradia, feminismo, racismo, tecnologias alternativas e patrimônio histórico. Em 2016, integrou equipe de especialistas para os diálogos “Harmonia com a Natureza”, cujo relatório subsidiou a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. (texto elaborado a partir de seu Currículo Lattes).

### Entrevistada

Andréia da Silva Moassab

### Entrevistadoras

Carolina Sebalhos e Marina Mecabô

### Roteiro

Shirley Terra Lara dos Santos, Marina Mecabô e Carolina Sebalhos

### Revisão

Shirley Terra Lara dos Santos e Marina Mecabô

1 Mestranda em Urbanismo Contemporâneo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Franciscana UFN-SM (2017). E-mail: carolsebalhos@gmail.com.

2 Mestranda em Percepção e Avaliação do Ambiente pelo Usuário no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: marinamecabo@gmail.com .

3 Mestranda em Urbanismo Contemporâneo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: ssantosufpel@gmail.com.

**Carolina e Marina: Gostaríamos de saber se tu te identificas como uma arquiteta-urbanista-feminista e como foi esse processo para ti, de autopromoção feminista como mulher-profissional-pesquisadora?**

Andréia: Primeiramente gostaria de parabenizar a equipe editorial da revista pela escolha do tema, muito corajoso nos tempos atuais e por isso mesmo, extremamente necessário. Essa não é uma pergunta fácil porque ser feminista é um processo em constante construção e é difícil definir um marco temporal. Talvez a gente possa começar com o relato de alguns episódios na minha vida profissional.

Antes de ser professora universitária trabalhei por alguns anos em outros órgãos públicos e como consultora na área de planejamento urbano, isso lá nos anos 90 e começo dos 2000. Quando eu já tinha largo curriculum e experiência profissional na área, me dei conta que certas coisas que sempre aconteceram e que por uns anos eu atribuí à jovialidade ou por ser iniciante, já não mais podiam ser atribuídas a essas questões. Numa determinada reunião numa empresa, para a qual eu havia sido contratada para coordenar um plano diretor, fui chamada para definir a parte administrativa, isto é, o cronograma das parcelas de pagamento daquele projeto. No entanto, a engenheira que coordenava o setor financeiro, gostaria de compreender melhor como seria realizado o trabalho. Durante a reunião com a engenheira, ela fazia suas perguntas olhando para o arquiteto assistente, que eu tinha pedido pra me acompanhar, pois trabalharia comigo. Claro, ele era homem. Como ele não sabia responder, porque eu é que coordenaria os trabalhos, ele olhava pra mim, e eu, então, respondia para ela. Foram umas três ou quatro perguntas assim, dirigidas a ele e era eu quem respondia. E era uma engenheira mulher! Veja como o patriarcado é tão enraizado na sociedade que ela sequer se deu conta da situação absurda a qual reproduzia.

Pouco depois desse episódio, num outro trabalho que eu coordenava, eu tive uns problemas de saúde que me obrigaram a me afastar. Acabei indicando para me substituir um colega com quem já trabalhava de longa data, com uma experiência equivalente a minha na área (na verdade ele tinha um pouco menos experiência do que eu para a questão em específico). Antes de ser contratado eu o informei para subir um pouco mais o orçamento da proposta porque era uma empresa que puxava muito para baixo o valor final, na hora de fazer a contra-proposta. Depois da reunião que ele teve com os contratantes da empresa em questão, eu perguntei como tinha sido a negociação. Para minha surpresa ele respondeu que os contratantes não tinham sequer feito contra-proposta, pois haviam aceitado imediatamente o valor orçamentário que meu colega propôs. Ora, ao negociar comigo, a mesma empresa tinha o histórico indecente de ofertar metade, isso mesmo, a metade do valor que eu propunha. Uma ofensa que, claro, eu não aceitei na época, mas fiquei indignada com o ocorrido. Mais indignada ainda ao saber que o colega homem, com menos experiência do que eu, não teve que passar por este tipo de constrangimento. Estes episódios são marcantes na minha vida profissional, porque mesmo sabendo sobre o salário médio pago às mulheres era menor do que aos homens, isso quando as mulheres recebem remuneração por seu trabalho, tudo ainda era bem teórico naquela altura da vida.

Foi na sequência desses tantos episódios que me dei conta: pera lá, então isso sempre aconteceu não porque eu era recém-formada, mas porque eu sou mulher!!!! Com o decorrer desses episódios e conforme fui tendo clareza sobre o sistema patriarcal, acordei com meus parceiros de trabalho que sempre nas reuniões sobre valores eles iriam, mesmo que eu fosse a coordenadora do trabalho, porque assim, seria melhor para a equipe. Nesse momento, então, eu comecei a me aproximar do feminismo. Embora, o feminismo sempre estivesse comigo, era de maneira não organizada.

Nem eu estava fortalecida como feminista, para responder à altura os constantes ataques aos quais eu, e outras mulheres, éramos submetidas diariamente. Essas experiências já tem uns vinte anos, mas seguem acontecendo até hoje.

Ser feminista é uma construção contínua. Eu acho que a geração de vocês tem uma vantagem enorme que é: começar a perceber estes mecanismos de opressão mais cedo e poderem se preparar para combatê-los mais cedo também. Naquela época, na medida em que fui me dando conta de como o patriarcado funciona, fui resignificando episódios passados na minha vida, profissional e pessoal. Compreender que nada daquilo era por minha culpa – inclusive assédio sexual que toda menina passa na vida, com maior ou menor grau de gravidade - e, também, que a gente não está sozinha, pois para mudar estruturalmente a sociedade se faz necessário uma luta coletiva. Compreender o caráter coletivo da luta feminista, então, fez toda a diferença. Respondendo diretamente à pergunta de vocês: eu diria que eu sou feminista e arquiteta e urbanista. O feminismo é a ferramenta que me orienta a estar no mundo, interseccionalizado, evidentemente, com a luta antirracista e classista, porque a gente está falando de lutar contra o patriarcado-racista-capitalista. Uma vez tendo essa compreensão, não existe um botão de liga-desliga, pois é como estou no mundo, como transito, como penso e ajo, em todas as dimensões da vida que me faz feminista. Então, é natural que isso tudo faça parte também da minha trajetória como pesquisadora, como profissional e como docente.

Além disso, embora tivesse tido práticas esporádicas de docência, foi em Cabo Verde, onde morei e trabalhei por uns anos, que iniciei minha trajetória como professora, num contexto muito apropriado. Por um lado para compreender o racismo institucional e acadêmico, especialmente das universidades do Norte que impõem suas agendas no Sul, e, por outro lado, como aquele universo não estava isento de um machismo que se fazia muito presente. E antes dessa imersão como docente no continente africano, eu já vinha de uma experiência de reflexão, outro marco na minha trajetória, que foi estudar no Centro de Estudos Sociais, em Portugal, durante meu estágio doutoral. Com todas as suas contradições, que não é o caso de alongar aqui, foi um momento fundamental para o meu amadurecimento teórico e prático, pois ser uma mulher brasileira em Portugal não é fácil. Transformei estas dificuldades em reflexões para a minha tese, publiquei um artigo a respeito e ainda gravamos, na condição de dirigente da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra - APEB, depoimentos dramáticos com diversas brasileiras, para um documentário, que infelizmente, não conseguimos concluir.

E eu volto para o Brasil depois dessa trajetória toda, para então começar um percurso na universidade pública brasileira e aqui, especificamente na UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Com seu projeto tão singular, a UNILA é um lugar muito propício a fazer o debate feminista florescer. Agora, já de volta à arquitetura e urbanismo, área da qual eu confesso, tentei *fugir* por julgar muito conservadora, depois de fazer meu mestrado e doutorado na Comunicação e Semiótica, com um estágio nas Ciências Sociais. Então, aqui na UNILA e partir do curso de arquitetura e urbanismo, do qual fui a primeira docente e responsável pelo seu projeto político-pedagógico, não apenas é fundamental minha autopromoção feminista como mulher-profissional-pesquisadora, mas também colocar me com uma prática antirracista, classista e voltada para a América Latina. Pois, não é possível compreender a história dessas opressões que são constitutivas do capitalismo, sem entender que foi a invasão das Américas e a conseqüente racialização do mundo que estruturou as bases da sociedade e da exploração nos últimos cinco séculos.

**Carolina e Marina: A partir da tua vivência enquanto professora e pesquisadora, como tu vêes a aceitação e entendimento do pensamento feminista hoje na**

## **academia (ensino superior)?**

Andréia: Continuando a pergunta anterior, se a gente entende que a Universidade enquanto instituição que conhecemos hoje foi construída para responder ao projeto hegemônico de sociedade, fica fácil perceber que o feminismo lhe é marginal. Historicamente as primeiras universidades originárias do modelo contemporâneo, foram implantadas na Europa, no final da idade média, coligando projetos ligados às monarquias e ao clero, e, atualmente, estão fortemente conectadas ao mercado. Essa institucionalização do ensino nunca foi voltada para a emancipação social, ao contrário, sempre destinou-se à formação de elites educadas. Com o avanço do modo de produção capitalista, a universidade é um dos lugares privilegiados com produção e reprodução do paradigma da modernidade, no seu viés contemporâneo da eficácia de mercado, onde a produtividade é medida em termos quantitativos - mais do que qualitativos - e em função de demandas mercadológicas mais do que sociais ou populares.. O saber científico subsidia a formação de técnicos mais voltados ao aumento da eficiência e da eficácia, segundo padrões de medidas da produtividade capitalista, e cada vez menos aptos à reflexão crítica destes próprios padrões.

E o feminismo, especialmente nas suas vertentes críticas – são vários feminismos – será sempre marginal ao pensamento dominante no ensino superior. Não obstante, é uma área do conhecimento que se consolidou nas universidades nas últimas décadas, graças às pesquisadoras feministas que se indispuseram com muita gente em suas trajetórias para que pudéssemos contar com um acúmulo tão grande hoje em dia. É importante destacar que tem sido muito comum um certo desprezo pela produção acadêmica, com a pecha de *academicismo* – o que em parte é uma crítica salutar se a gente pensar nesse modelo de universidade da modernidade – mas em parte me parece que este desprezo pela universidade acontece justamente quando camadas antes alijadas do ensino superior estão finalmente frequentando e tensionando este ambiente, o que merece ser avaliado com cautela. Mas puxei esse assunto para dizer que militância e academia podem e devem se retro alimentar constantemente, como frentes de luta que se complementam. Me parece que o feminismo nos mostra isso claramente, pois não foram poucas as militantes a terem um pé na universidade e vice-versa. Nesse ponto também destaco o papel fundamental que as estudantes têm exercido em cobrar determinadas pautas nas instituições de ensino. Os coletivos feministas nas universidades são extremamente relevantes para que o debate, nas suas várias dimensões, avance. Tenho aprendido muito nesse diálogo e nas orientações de trabalhos, que vão se complementando. Mais adiante vou contar um pouco dos TCCs e mestrados incríveis que temos podido acompanhar. Mais do que ficar de fora criticando a universidade, ainda tenho esperança de uma popularização da universidade, e não estou sozinha nisso, não estamos sozinhas – a construção é coletiva. Mesmo num cenário tão duro de retrocessos, o ponto de retorno nunca será o mesmo de onde partimos. Sempre há avanços, mas nem sempre rápidos como gostaríamos...

Querida mencionar ainda sobre a Universidade, que a dimensão da nossa luta está longe de se limitar à produção científica. É uma luta diária para alterar a universidade como a conhecemos. Desde o debate científico, até as distintas condições de trabalho entre homens e mulheres, sejam elas professoras, funcionárias ou estudantes. O assédio sexual é a ponta mais evidente desse iceberg, sobre o qual tem-se feito muitas campanhas fundamentais para prevenção e combate sobre a temática. Mas não podemos deixar de debater o fato de as mulheres terem que trabalhar muito mais para alçar o mesmo destaque que seus pares homens. Em algumas áreas do conhecimento essa proporção é de 10 pra 1!!! Isto é, as mulheres têm que trabalhar, em média, dez vezes mais que os homens para chegarem aos mesmos postos na

carreira, como pesquisas muito sérias têm demonstrado. A parentalidade ainda é uma função quase que exclusiva das mulheres e impacta enormemente em termos de jornada laboral tanto alunas quanto trabalhadoras nas universidades. E a lista segue... na tradição do patriarcado de relegar a função do cuidar para as mulheres, num cenário de precarização aviltante das universidades públicas, o trabalho invisível das mulheres é que segura as pontas. Somos nós que temos acolhido na maior parte das vezes o sofrimento estudantil nestas condições de precarização e também somos nós mulheres que temos amparado outras companheiras que passam por situações muito tristes, inclusive de relações abusivas com outros docentes da mesma universidade.

Se a gente não avaliar todas as dimensões da vida a partir do feminismo, muitas destas questões ficaram sombreadas. É o caso, por exemplo, da luta sindical, da qual eu também faço parte, atualmente inclusive como presidenta da seção local do Sindicato Nacional Docente, o ANDES/SN. É muito importante que as desigualdades em termos laborais sejam destacadas, pois apesar de sermos todos servidores e servidoras públicas, as condições de trabalho e na carreira são muito distintas para homens e mulheres e também, claro, entre pessoas negras e não negras. É nesse sentido que temos insistido e defendido a perspectiva feminista e antirracista da luta classista, conforme recentemente registramos num artigo acadêmico sobre a história luta das mulheres no sindicalismo brasileiro.

Para concluir a pergunta de vocês, o que vejo é um espaço de disputa na Universidade, que já apresenta avanços com relação há décadas anteriores, mas que é preciso avançar muitíssimo mais. O debate não pode ficar restrito aos estudos feministas, é preciso uma compreensão profunda da transversalidade do tema nas demais áreas de conhecimento, que às vezes se julgam tão distante, como as áreas exatas de um modo geral; e, gênero, sexualidade e parentalidade precisam integrar o debate sobre o funcionamento da própria universidade e do ambiente de trabalho e de estudo. Nesse caso, já nem se trata de *aceitação e entendimento do pensamento feminista*, como vocês colocaram. Porque a gente não tá pedindo e nem vai pedir licença, a gente está aqui e viemos para ficar, afinal, *as mulheres não voltam pro tanque, os LGBTs não voltam pro armário e as pessoas negras não voltam pra senzala, né?*

### **Carolina e Marina: Como o feminismo e a interseccionalidade pode contribuir para a formação das/dos arquitetas/os urbanistas?**

Andréia: Eu acho que a gente deve fazer essa pergunta ao contrário: como pode haver formação de arquitetas/as e urbanistas sem considerar o feminismo na sua interseccionalidade com raça e classe? Não vejo muitas possibilidades de avanços reais na nossa área sem uma compreensão das opressões do patriarcado-racista-capitalista e como elas se materializam no território e no espaço. Vocês já devem ter lido meus artigos na revista *Arquitetas Invisíveis*, onde exponho a importância de estudarmos a contribuição das mulheres para a história da arquitetura e para o ensino na área. Também mantenho uma página no Facebook para destacar o trabalho de arquitetas (<https://www.facebook.com/pg/InVisibilidadDeLaMujerEnLaArquitectura>), com muito material oriundo de pesquisa dos alunos e alunas para as minhas disciplinas. Tenho procurado no ensino de crítica e história fazer esse debate e mais, busco inserir um repertório de arquitetas mulheres atuantes desde o início do modernismo. Não é fácil, sobretudo se a gente adiciona o recorte para a América Latina, porque se tem escassez de material sobre as arquitetas de um modo geral, as latino-americanas então, são completamente esquecidas... portanto, o avanço é pouco a pouco. Numa das ocasiões das disciplinas conseguimos montar uma exposição só com arquitetas latino-americanas pioneiras do modernismo no subcontinente que acabaram integrando a exposição *Mulheres na Arquitetura*, durante o I Encontro

Internacional do Maloca – Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, ocorrido em 2017.

Contudo, a presença das arquitetas é uma pequena vertente da questão, porque quem debate representação sabe que não é o fato de ser mulher que garante uma boa produção arquitetônica – mas o contrário não é verdadeiro – não é o fato de não conhecermos as mulheres arquitetas que significa que elas não contribuíram imensamente para a nossa área... Também não se trata de identificar uma *arquitetura de mulheres* ou uma *arquitetura feminina* como já me perguntaram em sala de aula. Trata-se de descortinar debates que foram apagados pela história por um lado para que, no momento seguinte, possamos compreender o sistema de clivagem na área que apaga nomes como Marion Griffin, Jane Drew, Margarete Lihotzky, Lilly Reich, Ítala Fúlvia, Carmen Córdova, Maria Luisa Dehesa, Alicia Alamo e tantas outras.

Não é assustador que apenas em 2019, depois de mais de cinquenta anos do prêmio do IAB, uma mulher tenha sido premiada pela primeira vez? Rosa Kliass foi a primeira arquiteta a receber o Colar de Ouro, esse ano. Quando o prêmio surgiu, em 1967, Carmem Portinho já tinha sido a primeira urbanista brasileira, já tinha sido a primeira diretora de habitação popular da capital federal e estava à frente da escola brasileira de design naquela altura. Mina Klabin já tinha revolucionado o paisagismo com o uso dos mandacarus e da flora nativa, desde os anos 1920. Lina Bo Bardi já tinha feito o MASP... Você acha que estas arquitetas não mereciam ter sido premiadas? Por que não foram? Se a gente pensar bem, chega a ser vergonhoso...

Agora, tem uma outra dimensão da perspectiva feminista para o debate que é problematizar como os espaços e os territórios são configurados para manter a exclusão das mulheres e também das crianças, que é uma questão que o feminismo aponta. E analisando interseccionalmente gênero, raça e classe, é evidente que o direito à cidade não é para todas e todos, já que são as mulheres negras pobres a morar nos lugares pior iluminados e com menos transporte público, piores atendidas por escolas e ofertas de trabalho e assim por diante. Joice Berth tem sido uma das vozes importantes para este debate, acredito que vocês a conheçam.

Queria chamar atenção para o seguinte: embora no Brasil estes temas sejam muito recentes, ele já vem sendo feito há muitas décadas pelas nossas companheiras de profissão e é fundamental reconhecermos as lutas das mulheres que nos antecederam. Jane Drew, na Inglaterra dos anos 1930 abriu um escritório só para mulheres, pois percebeu o quanto as arquitetas tinham dificuldades em conseguir trabalho na área – sequer para as entrevistas elas eram chamadas. Denise Scott-Brown escreveu *Sexism and the star system in architecture* no início dos anos 1970, no qual ela faz denúncias gravíssimas das dificuldades, discriminação e assédios enfrentados pelas mulheres na atuação profissional, inclusive, usurpação de créditos nos trabalhos. Desde então, possivelmente, feminismo e arquitetura têm sido tratados na produção acadêmica nos EUA, onde está a maior produção acadêmica na área, com evidente crescimento na última década. No entanto, além de ser em inglês e embora estejam facilmente acessíveis para aquisição ou leitura online, esta produção não está isenta de outras clivagens, isto é, não trata das arquitetas latino-americanas. Apesar de por aqui o debate ser mais tardio, tampouco é de hoje. É preciso reconhecer o trabalho de Ana Gabriela Godinho Lima, que praticamente solitária, trouxe o debate para área, nos anos 1990.

Então não apenas as mulheres arquitetas existem há muito tempo, como a problematização da área a partir do feminismo também tem décadas. Contudo, é nos últimos anos, no Brasil, talvez devido às redes sociais, talvez devido à uma juventude feminista que entra nas universidades, que o debate tem se organizado mais e com



resultados efetivos em termos de enfrentamento e de propostas, inclusive, projetiva, isto é, tem-se verificado que uma abordagem feminista resulta em distintos desenhos de espaço.

No entanto, trazer o debate para o ensino, de forma organizada, não é tarefa fácil, dada a total escassez de livros sobre a temática no país. É um grande desafio para todas e todos, que felizmente, na UNILA, temos podido enfrentar de bom grado e com ampla adesão estudantil

**Carolina e Marina: É crescente, mesmo que mínimo, o movimento de projetos feministas nas escolas de arquitetura, várias estudantes estão se propondo a pensar uma arquitetura feminista, não só, um urbanismo feminista. O que tu pensas sobre isso: é possível fazermos um projeto arquitetônico feminista? Como tu pensas que ele seria?**

Andréia: Eu não tenho a menor dúvida de que seja possível como defendo que é altamente necessário, pois a perspectiva feminista amplia as possibilidades voltadas para um desenho mais inclusivo, das mulheres, das crianças, de idosos/as e dos, digamos assim, *corpos desviantes*, todos aqueles refutados pelo capitalismo que acaba condicionando o desenho dos espaços de maneira praticamente naturalizada. Nesse sentido, gostaria de mencionar, três TCCs que orientei ou co-orientei. Cada um à sua maneira traz contribuições imensas para o debate feminista em arquitetura. Ruth Cañate vai propor, a princípio, uma moradia estudantil para mulheres com filhos/as já que a maternidade é dos principais motivos para evasão escolar feminina. Ao longo das nossas trocas, percebemos que não se tratava de uma moradia só para elas, reproduzindo as instituições que isolam as mulheres, mas que a partir de uma perspectiva feminista a moradia estudantil, para todos e todas, deve acolher as mães, pais e suas crianças, ficando o título do trabalho final: *Kuña Paraguai roga: una perspectiva feminista para el albergue de la Universidad Nacional del Este/PY*. Vale a pena trazer uma parte do resumo do trabalho da Ruth: “Una sociedad pensada bajo la mirada capitalista y androcéntrica tiende a invisibilizar las distintas realidades que la componen. Las diferencias de los grupos que conforman esta sociedad, tanto de género, raza, clase, etnia, sexualidad, orientación sexual entre otras, exigen respuestas distintas, de manera a poder lograr su autonomía. La configuración espacial pensada por y para el hombre blanco burgués heterosexual, termina por reforzar aún más la exclusión social existente. Por esto como recorte de este TCC se consideró atender, en términos espaciales, a las madres solteras que viven en el Departamento de Alto Paraná- Paraguay y se encuentran en la etapa de la formación profesional.”

Já Maicon Rugeri queria relacionar o espaço rural – outra subalternidade dos cursos de arquitetura e urbanismo que não vou desenvolver aqui – com a questão de gênero e com a arquitetura moderna. Qual era o debate? Como a arquitetura moderna se torna hegemônica e coloniza o gosto popular, a ponto das pessoas de cidades rurais, como é o caso de Serranópolis, no interior do Paraná, buscarem construir suas casas brancas com planos de vidro. No meio da terra roxa. Ele fez um lindo ensaio visual para demonstrar como fica sob responsabilidade das mulheres manter a “brancura” desta arquitetura, por isso o nome de seu trabalho é “Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero”. Além disso, seu trabalho busca problematizar como o patriarcado subvaloriza o trabalho doméstico, invisibilizado, e destina às mulheres este espaço, em contraposição da valorização da vida pública, destinada aos homens. Nessa intrincada teia de opressões, Maicon vai defender um paisagismo subjetivo ou dos afetos, isto é, a importância, para estas mulheres, do espaço exterior doméstico, o espaço do cultivo, jardins e hortas e as roças.

O terceiro TCC que eu gostaria de citar é o estudo do Mateus Garcia sobre como o desenho dos banheiros públicos facilita ou induz à violência contra os corpos e expressões dissidentes das Drag. Isto é, ele vai mostrar, por meio de uma “etnografia caminhante” como a prática projetiva na arquitetura está imersa em relações de poder e como as opressões e as violências de gênero se materializam na concepção espacial, no projeto arquitetônico. Quer dizer, o projeto para banheiros públicos como conhecemos hoje é extremamente perigoso para determinados grupos sociais. Ora, eu diria que a função social da arquitetura é justamente se desafiar a construir um mundo não excludente, tampouco perigoso para as pessoas.

O debate feminista tem justamente demonstrando que olhar para as especificidades econômicas não têm sido suficientes e que o capitalismo historicamente se retroalimenta da opressão de raça e gênero. É muito significativo quando o aluno e a aluna têm total autonomia para escolha dos temas de trabalho, que estejam cada vez mais fazendo o debate da desigualdade e das opressões de gênero na área. Não só nos TCCs, isso também tem acontecido em outras disciplinas. Só para ficar num exemplo vou destacar os vídeos *Arquiteturas contemporâneas em Peru: dicotomias entre o visível e o invisível* e *México desde dos frentes*, resultantes do trabalho final da disciplina Arquiteturas Latino-Americanas. A exigência era debater arquitetura contemporânea nos diversos países e foi muito interessante quando dois grupos se propuseram a debater a invisibilidade de gênero na arquitetura. O recorte do trabalho era de livre escolha, desde que tratasse de arquitetura contemporânea nos países sorteados. O fato dos alunos e alunas terem escolhido debater gênero em sobreposição a outros processos de clivagem no sistema de valoração na área, mostra estarmos no caminho certo quando vimos fazendo este debate transversalmente nas disciplinas de crítica e história do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA.

Um outro exemplo projetivo interessantíssimo – e já lá vão 26 anos – é o concurso para o bairro Frauen-Werk-Stadt, em Viena, talvez dos primeiros – e únicos – que partia da seguinte pergunta: *Como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres?*. Portanto, apenas mulheres puderam submeter propostas. Franceska Ullmann foi a arquiteta vencedora juntamente com o plano paisagístico de Maria Auböck. Integravam a equipe as arquitetas Liselotti Peretti, Gisela Podreka e Elsa Prochadzka. Vale a pena dar uma olhada no projeto para compreender a dimensão das proposições, às vezes muito simples, que fazem tanta diferença no cotidiano das mulheres. Por exemplo, o caminhar em segurança entre o transporte público e as casas era uma questão, que foi resolvida com a implantação do pequeno comércio local ao longo do trajeto. Mesmo o espaço interno do conjunto habitacional é pensado em termos de segurança, variando as posições das unidades habitacionais, de modo que as praças centrais possam ser observadas tanto de dia quanto de noite. Ou a localização da creche também pensada para facilitar o cotidiano das mães. Enfim, toda uma estrutura projetiva pensada a partir e para as mulheres que em absolutamente nada dificultaram ou excluíram os homens, mas que certamente fizeram enorme diferença no cotidiano das moradoras.

Embora isso tudo possa parecer óbvio quando vemos estes trabalhos prontos, está longe de ser simples. É lamentável que estas práticas e debates permaneçam isolados ou com pouca aderência nos principais circuitos de produção científica na área no país. Só nos últimos cinco anos, eu diria, começa a ter alguma permeabilidade na área para o pensamento feminista, não sem resistência. Mesmo nas frentes mais progressistas, que debatem direito à cidade e a habitação social no país, que já consolidaram uma ampla e significativa produção intelectual na área, ainda não é prática corrente a interseccionalidade analítica gênero-raça-classe. Veja que interessante: quem são as principais lideranças dos movimentos de moradia? São mulheres. A questão da moradia nos expõe isso frontalmente. Só que ainda

boa parte da esquerda no país insiste na centralidade da luta de classes, quase que desprezando ou subalternizando as opressões de gênero e raça, sem compreender que são partes indissociáveis do patriarcado-racista-capitalista. Na arquitetura isso não é diferente. Então, a gente tem uma produção enorme e de excelente qualidade sobre segregação socioespacial e sobre habitação social, mas é como se estas questões pudessem ser analisadas sem compreender que a violência colonial impôs uma segregação racial nas cidades e que a exploração das mulheres é condição estruturante do próprio capitalismo, que se apropria do trabalho reprodutivo feito pelas mulheres e que as exclui dos espaços públicos. Uma vez que o tema é marginal muitas alunas e alunos têm imensas dificuldades de encontrar orientador/a para estes desafios, mas é fundamental que o debate esteja posto e que estejam provocando os e as docentes para ele. Posso dizer que sou privilegiada de estar numa universidade em que este tema é central e mais, que estou num curso de arquitetura e urbanismo que nasce a partir destes debates cujos professores e professoras, ainda que não especializados no tema, têm se esforçado para acompanhar as questões.

Voltando à pergunta de vocês, se é possível fazermos um projeto arquitetônico feminista, eu diria que é urgente pensarmos numa arquitetura e urbanismo feminista e ela deverá ser feita por todas as pessoas independente de seu gênero, pois é uma responsabilidade de todas e todos se debruçar em buscar soluções espaciais (e analíticas) para superar o patriarcado-racista-capitalista.

**Carolina e Marina: Quais as perspectivas de emancipação e legitimação dos saberes dos subalternos frente a uma tradição universitária elitista? Acredita que essas práticas estão condenadas a estar sempre à margem?**

Andréia: Enquanto não superarmos o capitalismo, creio sim que estas práticas estão condenadas a estarem à margem. Acho que falta à arquitetura, de um modo geral, se (re)inserir num ethos revolucionário de profunda transformação social. Do contrário, estamos fadados a uma prática profissional que por mais progressista que seja, será reformista, estará esgarçando os limites do patriarcado-racista-capitalista, sem de fato alterar suas estruturas de opressão. Claro que tem exceções, mas são insuficientes para uma mudança radical da área.

Veja, somos uma área que lida diretamente com condições precaríssimas de trabalho nos canteiros de obras e são poucos os cursos, por exemplo, a inserirem na sua matriz curricular obrigatória o canteiro experimental. Como atividade plena, o canteiro experimental no ensino pressupõe uma compreensão política e ética da exploração do trabalho na construção civil, não podendo ser apartado do debate de classes, e, a meu ver, muito menos de raça e, por conseguinte, do papel da arquitetura na exploração da força de trabalho masculina e negra no país. Os arquitetos e arquitetas tendem a se desvincular dessas questões, como se não tivéssemos nada a ver com isso.

Lúcio Costa, uma vez, ao ser questionado sobre o que achava do massacre de candangos em resposta a manifestação de operários que cobravam melhores condições de trabalho em Brasília, declarou ao cineasta Vladimir de Carvalho que não teria dado a menor importância ao episódio se tivesse sabido na época. Passadas cinco décadas da construção de Brasília, Zaha Hadid deu uma declaração semelhante quando perguntada sobre as condições de trabalho em Dubai, onde a arquiteta tinha inúmeros projetos. Ela disse que não tinha nada a ver com os trabalhadores, que esta questão seria um assunto do governo, afirmando que categoricamente: *não é meu dever como arquiteta resolver isso*. Talvez resolver não seja mesmo. Mas quanto das condições do canteiro não são decorrência do desenho do arquiteto e arquiteta? Ao escolher uma tecnologia construtiva, também escolhemos as condições laborais

nesse canteiro. Ao criarmos formas mirabolantes expomos o trabalhador a riscos de vida. Creio, portanto, que temos o dever ético de compreender nosso papel em toda a cadeia produtiva da construção civil.

A arquitetura moderna consolidou o concreto armado praticamente como única prática construtiva no país. O Brasil é dos maiores produtores e consumidores de cimento no mundo, uma indústria, por um lado, completamente agressiva ao meio ambiente, e que leva, por outro lado, a uma organização extremamente hierarquizada da construção civil, alienante – como já demonstrou Sérgio Ferro – e com altos índices de acidentes de trabalho. Sem mencionar que este modelo tecnológico – que é uma escolha política – inaugura um vínculo indiscernível no país entre empreiteiras e governantes, desde o período de Juscelino Kubitschek. A temporalidade desta relação não é coincidência: a ascensão e consolidação do concreto armado como sistema construtivo eleito para o século XX implementa toda uma estrutura econômica, produtiva e lobista que alimenta e é alimentada pelas estruturas de poder até hoje no Brasil. Brasília – aclamada mundialmente como principal projeto modernista de cidade – é fruto dessas relações.

Então, a gente tem a implantação de um parque industrial para o concreto e das correlatas construtoras que se fortalecem a partir de Brasília e se consolida definitivamente com a ditadura militar. Importa lembrar, inclusive, que num primeiro momento mesmo o Partido Comunista, opositor da ditadura, acreditou na aliança com a burguesia nacional para a industrialização do país e organização da classe trabalhadora. Vilanova Artigas, membro do Partido e um dos fundadores da FAU USP (além de autor do seu projeto arquitetônico), a partir da perspectiva desenvolvimentista, portanto, assumiu a missão de *educar o gosto da burguesia* com a sua arquitetura brutalista. É importante compreender que Artigas vem de geração que se forma no Partido acreditando na estratégia democrático-burguesa, de aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo. Uma das vozes dissonantes nessa perspectiva foi Sérgio Ferro. De uma geração mais nova, ele com clareza compreendeu rapidamente as relações de exploração no canteiro de obras e tensiona a estratégia majoritária adotada pelo Partido. Ele afirma numa entrevista, mais ou menos recente, que julgava ser o momento de cuidar das relações de produção, que não seria possível *pretender atender às necessidades populares, dos mais carentes, e ao mesmo tempo, fazer com que essa resposta passasse pela exploração dos mesmos personagens, dos mesmos carentes...*

Estas questões são centrais na formação do arquiteto e da arquiteta. A importância que a arquitetura moderna adquire no país e do modernismo brasileiro no contexto internacional, vão dominar as escolas de arquitetura desde essa época. Hoje em dia, o concreto armado e o uso do cimento estão claramente vinculados ao mercado de trabalho privado, para o qual grande parte dos cursos no país – e já são mais de 600 – forma seus egressos e egressas. Estamos muito longe de uma formação minimamente crítica. Não apenas o canteiro experimental é marginal na formação, como poucos cursos debatem algo tão básico para a profissão como política habitacional, direito à moradia, direito ao território ou direito à cidade. Inclusive, não se valoriza de um modo geral e, tampouco no ensino, outras atuações profissionais que não o escritório privado autoral.

E há problemas muito graves em decorrência da falta de pensamento crítico na área. Para ficar apenas em um, é lamentável como a arquitetura tem sido uma grande propaganda do greenwashing ou do *capitalismo verde*, com um debate bastante superficial sobre *sustentabilidade*, capaz de afirmar, por exemplo, sobre o projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro, que *sua finalidade é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da*

*região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. A meu ver, não existe qualquer possibilidade de sustentabilidade no capitalismo. São questões antagônicas. Então, acho bem triste a área se prestar a esse papel.*

Mas voltando à questão dos saberes subalternos, eu te pergunto: quantas horas de aula você teve de cálculo e/ou sistemas estruturais para compreender o concreto? Quantas teve sobre a madeira ou a taipa? E outras tecnologias construtivas? E se você tiver que fazer uma obra numa zona rural no interior do Rio de Janeiro mesmo, ou de São Paulo, que não tem sequer energia elétrica e que tem o acesso precário, que não chegaria caminhão. E você tem que construir umas vinte casas. O que você vai fazer? A gente acha que todo mundo mora nas grandes cidades e não para pra pensar que 70% da população brasileira mora em cidades com menos de 500 mil habitantes, Pelotas é uma delas... Que aliás, 33 milhões de pessoas moram em cidades com menos de 5 mil habitantes, onde o acesso a estas tecnologias ou é inexistente ou extremamente caro. Onde estão os arquitetos e arquitetas para melhorar as condições de moradia dessas pessoas, de propor soluções condizentes com seu meio e possibilidades econômicas?

Mas eu prefiro não apontar o problema exclusivamente para a universidade – que já vem sendo suficientemente demonizada nestes tempos e, como disse antes, este é um espaço em disputa – o que acho importante é a gente se perguntar como estamos nos organizando coletivamente para superar o patriarcado-racista-capitalista. É preciso cobrar sindicato dos arquitetos, conselho profissional, instituto dos arquitetos, e demais organizações coletivas e classistas da área e movimentos sociais para de fato fazer valer a função social da profissão em favor dos diversos saberes e tecnologias voltadas para a autonomia e emancipação dos povos.